

Carta ao Leitor

Bruno Spada



José Múcio Monteiro

é ministro do Tribunal de Contas da União e supervisor do Conselho Editorial da Revista do TCU

Prezado leitor,

Esta edição da Revista do TCU traz reflexões acerca da eficiência da gestão pública e do papel dos tribunais de contas para a garantia do alcance dos resultados de investimentos públicos para a sociedade. Para abordar o tema, entrevistamos o ilustre economista Bresser-Pereira, figura de indiscutível reconhecimento no cenário político e econômico do país.

Bresser-Pereira fez um balanço do legado da reforma gerencial à eficiência do serviço público brasileiro e propôs ações essenciais para que o país tenha um crescimento consistente.

Na coluna opinião, Luiz Akutsu, Coordenador-Geral de Controle Externo da Eficiência Pública do TCU, discute o tema central da edição: o princípio da eficiência pública. Num cenário de crise fiscal e de imposição de limites aos investimentos públicos, ele apresenta boas práticas e iniciativas dos tribunais de contas para o aperfeiçoamento da gestão pública.

Em destaque no quadrimestre estão o I Fórum Nacional de Controle, realizado no Instituto Serzedello Corrêa (ISC) em outubro de 2017; o debate e palestra promovidos pelo TCU que trataram da Emenda Constitucional nº 95; a primeira reunião do Grupo de Trabalho Temático sobre avaliação da eficiência e qualidade dos serviços públicos do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública (Cecap) do TCU; e a apresentação do Relatório de Políticas e Programas de Governo (RePP 2017).

Os artigos abordam variados tópicos. A independência dos auditores é tema de ensaio assinado pelo ministro Augusto Sherman. A edição traz também dois artigos sobre desafios das aquisições no setor público. Entram em pauta a análise de mercado como base para o planejamento das contratações governamentais, além da importância de estudos técnicos preliminares e documento de oficialização da demanda como elementos essenciais para o planejamento e sucesso das aquisições públicas. O número apresenta ainda importante debate sobre as competências do controle interno e do controle externo no setor público, acompanhado pela análise de caso da Controladoria Geral do Estado de Pernambuco. Por fim, é relatado o caso de otimização dos processos de trabalho no Tribunal de Contas de Santa Catarina com a implantação do processo eletrônico.

Boa leitura!